



COMUNICAÇÃO MIDIÁTICA.

ISSN: 2236-8000
v. 19, n. 1, p. 93-112, jan-jun, 2024

Negacionismo à brasileira: os impactos da desordem informacional para o fenômeno da (des)infodemia no Brasil durante a pandemia da Covid-19

Negacionismo brasileiro: los impactos del desorden informativo em el fenómeno de la Infodemia em Brasil durante la pandemia de Covid-19

Brazilian denialism: the impacts of information disorder on the Infodemic phenomenon in Brazil during the Covid-19 pandemic

Olga Myllena Diniz Botelho SANTANA

Doutoranda em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia em cooperação com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGCI IBICT/UFRJ).

E-mail: myllena.diniz@gmail.com

Marcos Aparecido Rodrigues do PRADO

Doutor em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Alagoas (PPGCI/UFAL).

E-mail: marcos.prado@ichca.ufal.br

Enviado em: 09.07.2024

Aceito em: 14.08.2024

RESUMO

A pandemia da Covid-19 jogou luz sobre uma série de problemáticas de ordem social. Entre elas, a sensação iminente de medo na população mundial, pelo ineditismo da crise sanitária; o avanço exponencial da doença em meio às desigualdades impostas pela economia neoliberal; e o objeto central deste estudo: a ascensão do fenômeno da infodemia, caracterizada pelo fluxo exacerbado de informações (verdadeiras, falsas, incompletas ou retiradas de contexto). Diante disso, este artigo trata-se de uma reflexão teórica de natureza básica e do tipo exploratório, com delineamento bibliográfico e abordagem qualitativa acerca da disseminação da desinformação, como elemento da *desinfodemia*, produzida pela gestão de Jair Bolsonaro, durante a pandemia no Brasil. Com isso, possibilita a identificação de estratégias de desordem informacional a serviço de projetos políticos antidemocráticos, o que também possibilita um alerta para a informação e a ideologia como possíveis Determinantes Sociais de Saúde.

Palavras-chave: *Infodemia, Desinformação, Desordem Informacional, Desinfodemia, Covid-19.*

RESUMEN

La pandemia de Covid-19 ha arrojado luz sobre una serie de cuestiones sociales. Entre ellos, el inminente sentimiento de miedo en la población mundial, por lo inédito de la crisis sanitaria; el avance exponencial de la enfermedad en medio de las desigualdades impuestas por la economía neoliberal; y el objeto central de este estudio: el auge del fenómeno infodémico, caracterizado por el flujo exacerbado de información (verdadera, falsa, incompleta o sacada de contexto). Ante esto, este artículo es una reflexión teórica de carácter básico y exploratorio, con un bosquejo bibliográfico y un enfoque cualitativo en torno a la difusión de información errónea, como elemento de la *desinfodemia*, producida por la administración de Jair Bolsonaro, durante la pandemia en Brasil. Esto permite identificar estrategias de desorden informacional al servicio de proyectos políticos antidemocráticos, lo que también permite alertar sobre la información y la ideología como posibles Determinantes Sociales de la Salud.

Palabras-clave: *Infodemia, Desinformación, Desorden Informacional, Desinfodemia, Covid-19.*

ABSTRACT

The Covid-19 pandemic has shed light on a series of social issues. Among them, the imminent feeling of fear in the world population, due to the unprecedented nature of the health crisis; the exponential advance of the disease amid the inequalities imposed by the neoliberal economy; and the central object of this study: the rise of the infodemic phenomenon, characterized by the exacerbated flow of information (true, false, incomplete or taken out of context). In view of this, this article is a theoretical reflection of a basic and exploratory nature, with a bibliographical outline and a qualitative approach regarding the dissemination of misinformation, as an element of the *disinfodemic*, produced by Jair Bolsonaro's administration, during the pandemic in Brazil. This makes it possible to identify strategies of informational disorder in the service of anti-democratic political projects, which also enables an alert to information and ideology as possible Social Determinants of Health.

Keywords: *Infodemic, Disinformation, Information Disorder, Disinfodemic, Covid-19.*

Introdução

Na obra *O Novo Iluminismo*, Pinker (2018) detalha como os ganhos da longevidade, na história da Humanidade, foram possíveis por meio da superação de forças da “morte”: doença, fome, guerra, homicídio e acidentes. Sobre elas, ele destaca a mais impactante de todas:

Durante a maior parte da história humana, a mais devastadora causa de morte foram as doenças infecciosas – a perversa característica da evolução na qual organismos minúsculos que se reproduzem rapidamente, sustentam-se às nossas custas e pegam carona de corpo em corpo em insetos, vermes e eflúvios corporais. Epidemias matavam milhões, dizimavam civilizações inteiras e traziam sofrimentos súbitos a populações de toda uma região (Pinker, 2018, p. 87).

Um ano após a publicação do livro, em dezembro de 2019, a cidade de Wuhan, capital de Hubei, na China, virou palco da proliferação de uma aparente pneumonia misteriosa. Em poucos dias, o volume de casos já era notificado à Organização Mundial de Saúde (OMS), fruto de uma nova cepa do coronavírus, sem incidências anteriores em seres humanos. Tratava-se da infecção pelo Sars-CoV-2, cuja doença seria denominada Covid-19. Neste momento, teve início um importante marco temporal do século XXI, sem precedentes, que cindiu as interações socioeconômicas, culturais, pessoais e institucionais em *pré* e *pós-pandemia*. Não à toa, haja vista que esta pandemia, considerada a maior crise sanitária da História, resultou em mais de 765 milhões de casos confirmados e 7 milhões de óbitos (OMS, 2023).

A rápida proliferação da doença por todos os continentes e os altos índices de letalidade, vistos em raros momentos da Humanidade – como no caso da Peste Negra, no Século XIV, e da Gripe Espanhola, nas primeiras décadas do Século XX –, exigiram ações drásticas e efetivas para o controle da contaminação pelo vírus, até então desconhecido.

O mundo já havia sido apresentado a outras categorias de coronavírus – HCoV-229E, HCoV-OC43, HCoV-NL63, HCoV-HKU1, Sars-CoV e Mers-CoV (Opas, 2023) – mas nenhuma com potencial de contaminação tão veloz quanto o Sars-CoV-2, diante da ausência de vacinas e de condutas clínicas específicas.

Neste emaranhado, a contaminação pela Covid-19 diferiu das demais, sobretudo, pela “capacidade de afetar e vulnerabilizar todas as pessoas, em todos os lugares e ao mesmo tempo, exatamente como a globalização neoliberal” (Romano *et al.*, 2020). Diferente das

outras, essa pandemia afetou o centro do mercado. Além disso, também foi encarada a partir da dimensão ideológica do discurso, que vincula o poder ao controle da crise – diferentes instituições, principalmente os Estados, se colocaram em uma batalha epidemiológica e política contra o vírus.

Somado a esses dois aspectos, outro acontecimento ganhou evidência: a *infodemia*, “um excesso de informações, algumas precisas e outras não, que tornam difícil encontrar fontes idôneas e orientações confiáveis quando se precisa” (Opas, 2020), sobretudo diante da Era das Redes Sociais, na qual as informações circulam de modo exponencial, sem filtros de confiabilidade.

Notadamente, a vigilância epidemiológica exigiu políticas de contingenciamento em todo o mundo, com a adoção de medidas de distanciamento social, prevenção de contágio e deflagração de estado de calamidade pública, em meio às inseguranças e aos questionamentos sobre o grau de periculosidade do vírus. E, como agravante, esse panorama se desenrolou em meio ao cenário inédito de fluxo exacerbado de informações, em escalas exponenciais – reforçado por ideologias políticas, em meio a um contexto de polarização, típico das situações de anormalidade e marcado pela ascensão da desordem informacional, com suas distorções, omissões de contexto e enviesamento das notícias (Heller; Jacobi; Borges, 2020).

Com base nesse panorama, este artigo se caracteriza como uma reflexão teórica de natureza básica e do tipo exploratório, com delineamento bibliográfico e abordagem qualitativa. Assim, a análise repercute sobre os possíveis impactos decorrentes da desordem informacional para a propagação da infodemia, a partir da gestão de Jair Bolsonaro, durante a pandemia da Covid-19 no Brasil. O intuito é apresentar reflexões sobre a infodemia no contexto da Covid-19 e identificar as implicações da desinformação para o agravamento da crise sanitária.

Para isso, o estudo leva em consideração não os aspectos biológicos do contexto pandêmico, mas questões de ordem social, derivadas da dinâmica informacional vigente, por meio do qual o excesso de conteúdo contribui para que as pessoas se sintam “[...] ansiosas, deprimidas, sobrecarregadas, emocionalmente exaustas e incapazes de atender a demandas importantes” (Opas, 2020).

Então, compreender essa dinâmica e pensar soluções que possam gerenciar crises desse tipo são elementos de interesse da Comunicação, da Ciência da Informação e das diferentes especialidades da Saúde, principalmente quando o foco está na mediação, produção e gestão informacional como mecanismos de fortalecimento e disseminação de projetos políticos – que podem, inclusive, ameaçar as democracias.

A questão da (des)informação

No Brasil, o direito à informação é garantido pela Constituição de 1988, como disposto no artigo 14, no qual é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional (Brasil, 1988). No artigo 196, a Carta Magna também é clara em relação à outra garantia fundamental a todo e qualquer cidadão brasileiro: “A saúde é direito de todos e dever do Estado” (Brasil, 1988). Juntas, informação e saúde estabelecem uma relação intrínseca, de modo que são retroalimentadas, uma pela outra, na própria dinâmica social. Os diferentes eventos registrados ao longo da História revelam como o acesso à informação plena é fundamental para uma promoção, efetiva, da saúde pública.

Aqui, cabe considerar a informação como fenômeno social coletivo, por meio do qual o conhecimento resulta da interação do indivíduo com o meio. Portanto, o fenômeno informacional é pensado a partir de uma perspectiva social, pautada na lógica do regime de informação. Ou seja, trata-se de um olhar para a informação construída (Ramalho *et al.*, 2007), fruto de regimes que estabelecem um modo de produção informacional dominante, a partir dos quais são definidos sujeitos, instituições, normas e padrões de seletividade (González de Gómez, 2002). O conteúdo informacional, portanto, não é um recurso neutro ou objetivo, mas moldado e influenciado por uma série de elementos contextuais. Então, não cabe pensar apenas a respeito do conteúdo informacional disseminado, mas em quem o produziu e a serviço de quais interesses.

Dotada de politicidade e interesses, essa estrutura também é responsável pela produção desordem informacional – ou desinformação –, como é compreendida a “informação falsa, enganosa e/ou imprecisa, que pode ser criada propositalmente com prejuízo a alguém ou erroneamente” (Moura; Furtado; Belluzzo, 2019, p. 38). Mas seriam informação e desinformação fenômenos propriamente distintos?

Heller, Jacobi e Lima (2022) consideram a desinformação um elemento da própria informação, mas com tendência que agrega a deturpação (consciente ou não) de sentido na transmissão de enunciados discursivos como fator comunicacional. Eles consideram que informação carrega desinformação. Para isso, tomam como parâmetro três questões: i) o excesso de dados, que pode gerar sensação de ansiedade informacional paralisante; ii) a incapacidade biológica de reter e analisar todos os vieses de uma informação; e iii) toda informação contém a carga ideológica de quem a produz e dissemina. Ideia que também já era defendida por Moura, Furtado e Belluzzo (2019), que apontam a desinformação como a informação que desinforma, que aliena.

Mas a conjuntura atual coloca o fenômeno como algo ainda maior e mais complexo, com possibilidades diversas no papel de impossibilitar o acesso à verdade e à construção de conhecimento bem fundamentado, seja por meio da intencionalidade ou não. Isso porque a desordem informacional, conforme conceituação estabelecida por Wardle e Derakhshan (2017), apresenta-se em três categorias – *mis-information*, *mal-information* e *dis-information*:

Mis-information é quando informações falsas são compartilhadas, sem intenção de causar danos; *dis-information* é quando informações falsas são conscientemente compartilhadas para causar danos; e *mal-information* ocorre quando informações genuínas são compartilhadas para causar danos, muitas vezes movendo informações projetadas para permanecer privadas na esfera pública (Wardle; Derakhshan, 2017, p. 5, tradução nossa).

Como se observa pela citação apresentada acima, há nuances específicas para se compreender os aspectos funcionais de deturpação do conteúdo informacional. Com isso, Wardle e Derakhshan (2017) buscam ampliar categorias sistemáticas de tratamentos à desordem da informação. Assim, verifica-se que há características para distinguir informações falsas daquelas prejudiciais. E é nesse sentido que Wardle e Derakhshan (2017) defendem três modalidades estruturantes a respeito da desordem persistente na atualidade sobre o conteúdo informativo.

Fig 1. Desordem da informação.



Fonte: Wardle e Derakhshan (2017, tradução nossa).

Nota-se que o modelo acima considera a intenção para o engano, como determinante para cada uma das categorias. Contudo, evidencia-se não só o desafio de mensurar a intencionalidade do interlocutor e/ou do produtor da informação, mas como essa intencionalidade pode se manifestar, explícita e implicitamente, uma vez que “[...] apesar da intencionalidade ser uma ação consciente e dirigida a um propósito, ela pode ser gerada e formar necessidades, interesses e desejos oriundos de imposições externas camufladas” (Sanchez *et al.*, 2022, p. 7). Por isso, *disinformation* e *misinformation* fundem-se entre si, já que o dano sempre existirá, independente da existência ou não de intencionalidade.

Na contemporaneidade, o problema torna-se ainda mais grave, já que as Tecnologias de Informação e Comunicação acionaram novos atores: qualquer indivíduo pode criar e disseminar conteúdos, a qualquer hora, de qualquer lugar, com amplo alcance e livremente. Trata-se de milhares de produtores e reprodutores de desinformação.

A problemática atingiu escalas tão grandes que culminou na elaboração de relatório da Comissão da União Europeia, em abril de 2018. O documento destaca como o fenômeno abala a confiança nas instituições e nos meios de comunicação, enfraquece a liberdade de expressão, causa oscilações na opinião pública, bem como prejudica as democracias — seja por comprometer a capacidade de tomar decisões bem-informadas, seja por, na maioria das vezes, corroborar com pensamentos extremistas.

Não obstante, a Comissão Europeia (2018) ainda apontou as três possíveis causas para a propagação da desinformação: i) um conjunto de fenômenos que afetam sociedades

que passam por rápidas mudanças, sejam culturais ou econômicas, propiciando a desinformação e, assim, um cenário de tensão social, polarização e desconfiança; ii) se manifesta no contexto de uma comunicação social em transformação; e iii) as tecnologias adotadas pelas redes sociais são manipuladas para a propagação da desinformação, passando pelas etapas de criação, ampliação e divulgação pelos utilizadores.

Essa manipulação se agrava porque perpassa, cada vez mais, a mimetização da verdade, visto que “a desinformação se configura hoje como dinâmica de produção, circulação e validação de pseudocertezas, isto é, de informações que tendem a se aproximar de uma suposta verdade (correspondência com o fato, o acontecido), quando, com efeito, são mensagens distorcidas” (Salgado; Mattos, 2021, p. 46).

Tal conjuntura demonstra um prejuízo à razão em detrimento de discursos e comportamentos fundamentados em crenças, corroborados por preconceitos e ideias preestabelecidas, típicos da pós-verdade. Como alerta Araújo (2020), esse cenário traz desdobramentos e implicações com impactos na democracia e na tolerância, repercutindo em diversas questões de ordem social, como populismo, autoritarismo e discurso de ódio.

A problemática da (des)infodemia

A pandemia da Covid-19 jogou luz sobre uma problemática com raízes anteriores à própria crise sanitária acarretada pelo vírus Sars-CoV-2: *a epidemia da informação*, que já crescia exponencialmente, no século XXI, mas ganhou seu verdadeiro protagonismo, durante a maior emergência de saúde pública da história da Humanidade.

A epidemia da informação ganhou contornos tão relevantes no contexto social que tem sido objeto de estudo de diversas áreas do conhecimento. O fenômeno tem sido abordado a partir do conceito de infodemia, para designar o “grande aumento no volume de informações associadas a um assunto específico, que podem se multiplicar exponencialmente em pouco tempo, devido a um evento específico” (Opas, 2020, p. 2), como no caso da pandemia da Covid-19.

A infodemia, apesar de ser um fenômeno antecedente ao surgimento do Sars-CoV-2, “[...] cunhado primeiramente em 2003, no *The Washington Post*, que reúne morfemas provenientes dos vocábulos informação e epidemia” (Santos *et al.*, 2020), apresenta-se como

um desdobramento pandêmico e torna urgente a análise da cadeia informativa, que, mesmo antes, já passava por diversas transformações.

Vale frisar que o fenômeno se caracteriza, fundamentalmente, pelo excesso de informações. Portanto, “não está relacionada à qualidade ou ao tipo de informação e sim à quantidade de modo primário, ou seja, o excesso de informação atrapalha na verificação da confiabilidade e/ ou da veracidade” (Zattar, 2020, p. 3).

De tal modo, a infodemia evidencia, sobremaneira, a problemática da rápida e exponencial propagação da desinformação, que “[...] se expande no mesmo ritmo que a produção de conteúdo, e as vias de distribuição se multiplicam” (Opas, 2020). Sobre isso, destaca-se:

Esse fenômeno tem tomado maiores proporções em uma sociedade imersa no ciberespaço, devido à extensão e variedade de conteúdos em redes sociais que podem ser criados e agregados pelo usuário. Nessa direção, a infodemia é um problema social que pode ter consequências drásticas: o compartilhamento contínuo de desinformação em meio a uma doença pandêmica pode gerar caos, surtos, pânico, desabastecimento, superlotação e a própria aceleração do processo epidêmico, que impactam diretamente em diversos setores, como na política, na economia e na saúde das pessoas (Santos *et al.*, 2020, p. 4).

Não à toa, em cartilha própria, a Organização Pan-Americana da Saúde (Opas, 2020) pontuou cinco dos principais riscos da infodemia para o agravamento da pandemia da Covid-19: dificultar que fontes idôneas e confiáveis sejam encontradas; as pessoas podem se sentir ansiosas, deprimidas e sobrecarregadas; pode afetar processos de tomada de decisões; não há controle da qualidade do material publicado; qualquer pessoa pode escrever e publicar qualquer conteúdo na rede.

Do mesmo modo, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) desenvolveu cartilha dedicada, especialmente, ao alerta sobre a *desinfodemia* – o contraponto intrínseco da infodemia, a *epidemia da desinformação*, desencadeada, segundo Zattar (2020), por cinco fatores: a pós-verdade, que também atua como um reforço às crenças e às opiniões dos indivíduos; a polarização, demarcada por ódio e intencionalidade; a relação produção \times consumo informacional; as tecnologias da informação e da comunicação; e a disseminação e o compartilhamento de informação na velocidade das mídias digitais.

Na cartilha da Unesco, Posetti e Bontcheva (2020) destacam como a desinfodemia fez uso de diferentes ferramentas, no âmbito digital, para proliferar campanhas antivacinas e desinformações políticas, a partir de textos, imagens, vídeos e demais recursos multimídia. O documento elenca quatro principais formatos de desinformação no contexto da Covid-19: a) narrações e memes emocionais; b) *sites* e identidades inventadas; c) imagens e vídeos fraudulentamente adulterados, inventados ou retirados de contexto; e d) infiltração e campanhas de desinformação planejadas. Portanto, nota-se que:

A desinfodemia surge como uma desinformação em meio à pandemia ao expor as pessoas aos riscos das informações falsas, a partir da deslegitimação da produção do conhecimento científico e exposição pública, com (*disinformation*) ou sem intencionalidade (*misinformation*), mas que o objetivo pode ser desde uma “brincadeira” até as disputas políticas ou as vantagens comerciais de um determinado grupo farmacêutico, por exemplo (Zattar, 2020, p. 6).

Posetti e Bontcheva (2020) também elencaram as nove principais temáticas a partir das quais essas desinformações foram produzidas, no contexto de desinfodemia: origens e disseminação do coronavírus e da doença Covid-19; estatísticas falsas e enganosas; impactos econômicos; desacreditar jornalistas e meios de comunicação confiáveis; ciência médica: sintomas, diagnóstico e tratamento; impactos na sociedade e no meio ambiente; politização; conteúdo promovido por atores que buscam ganho financeiro fraudulento; e desinformação focada em celebridades.

O cenário de desordem informacional em larga escala, tão exponencial que associou-se a um termo cujo morfema faz referência à palavra epidemia, refletiu no desequilíbrio de enfrentamento à crise sanitária, permeada pelo compartilhamento exacerbado de informações – sejam elas fidedignas, falsas, incompletas, apelativas, duvidosas ou retiradas de contexto –, muitas vezes, baseadas em crenças e valores individuais ou a serviço do interesse de determinados grupos sociais ou políticos, com impactos em tomadas de decisão que vão desde a procura ou não por vacina até a adoção de medidas preventivas de combate ao vírus.

Desinformação no contexto da polarização política brasileira

O Brasil tem um enorme passado pela frente, disse, certa vez, o ilustrador brasileiro Millôr Fernandes. Mas é exatamente o esquecimento da sua própria história que coloca o país de

volta a um contexto de polarização que, em um passado recente, fez eclodir um dos regimes mais autoritários que a Nação já presenciou, como foi a Ditadura Militar de 1964. A história brasileira, marcada por ambiguidades e “feita do encadeamento de eventos que se acumulam e evocam alterações substanciais, também anda repleta de seleções e lacunas, realces e invisibilidades, persistências e esquecimentos” (Schwarcz, 2019, p. 223).

A nova polarização brasileira, marcada pelo antipetismo, pelo conservadorismo e pela ascensão de uma extrema direita no Brasil – que encontrou no *Bolsonarismo* seu alicerce – *versus* os movimentos progressistas e uma esquerda ávida por reparações, desde o golpe que destituiu Dilma Rousseff, em 2016, serviu de pano de fundo para a construção de diferentes narrativas acerca da História recente do país.

Trata-se de uma redução do ambiente político e democrático a dois polos, cada vez mais, antagônicos. E esse fenômeno é corroborado pelos processos midiáticos, sobretudo no ambiente digital, no Brasil e no mundo – nos Estados Unidos, por exemplo, pesquisa sobre as origens e as consequências da polarização afetiva demonstra que “à medida que as pessoas passam mais tempo online e em sites de redes sociais, elas são mais propensas a serem expostas inadvertidamente a conteúdo polarizador por outras pessoas em sua rede” (Yengar *et al.*, 2019, p. 135). Além dela, a grande mídia também atua de forma preponderante para a disparidade e a construção de narrativas ideológicas que acentuam o distanciamento dos dois polos.

Assim, haja vista que polarizar implica em reduzir, evidencia-se uma limitação para a diversidade, o que representa uma ameaça à própria democracia – que é a maior garantia de que o debate entre os antagônicos possa existir, sem cerceamento de direitos e liberdades. Como pontua Schwarcz (2019):

As polarizações, como temos tentado explicar, têm o poder de matar a democracia, gerar uma retórica da divisão e eleger apenas demagogos que não representam os desejos de justiça, segurança, ética, igualdade, os quais, suponho, são de todos nós, brasileiros (Schwarcz, 2019, p. 235).

Tal dinâmica ecoa, de forma ainda mais expressiva, na era digital, pela ilusão da segurança de estar do outro lado da tela, do anonimato e da possibilidade de ativismo na palma da mão, a um clique, por meio de *likes*, comentários e compartilhamentos. Na rede, todo e qualquer usuário pode ser um porta-voz de um discurso ideológico, com ou sem

embasamento – o que torna as discussões acerca da ética no ambiente virtual ainda mais relevantes. Afinal, o ato digital nos dá ideia de realização e “de fato, ele realiza muita coisa, mas muda a qualidade da existência e, em muitos momentos, torna-se uma locupletação perigosa” (Tiburi, 2015, p. 140).

Desinformação no debate político da Covid-19 no Brasil

No caso do Brasil, a desordem informacional teve um contorno ainda mais perigoso, visto que contou com um “colaborar” do mais alto escalão – o ex-presidente Jair Bolsonaro –, que, em cadeia televisiva nacional, chegou a dizer: “Caso fosse acometido pelo vírus, não precisaria me preocupar, nada sentiria, ou seria, quando muito, acometido por uma gripezinha”, no dia 24 de março de 2020. Nesse rol, também entram “as *fake news* que afirmam que ‘existe um medicamento específico para o tratamento ou a prevenção da Covid-19’ (categoria ‘ciência médica: sintomas, diagnóstico e tratamento’) – essa é a notícia falsa mais disseminada pelo presidente Jair Bolsonaro” (Falcão; Souza, 2021, p. 66), em referência à hidroxicloroquina, medicação cuja eficiência nunca foi comprovada cientificamente para o tratamento da doença.

Desde a deflagração da Covid-19 no Brasil, o ex-presidente compartilhou, propagou e ajudou a produzir *fake news* acerca da doença, tornando-se um dos principais expoentes do discurso negacionista no país. Em meio à crise sanitária, “Bolsonaro disse que a pandemia não passava de uma gripezinha, falou que as ações de combate ao vírus representavam uma histeria e que a preocupação com o espalhamento da doença era uma fantasia propagada pela mídia” (Soares *et al.*, 2021, p. 75).

Ao considerar o posto ocupado, a cadeira do Executivo, Bolsonaro terminou por “validar” a perpetuação de desinformação, desacreditando a imprensa e a ciência – sobretudo, a nacional – entre seus seguidores e, também, entre a população de modo geral, que, habitualmente, busca nas autoridades uma voz oficial. Entre as práticas desinformativas que contaram com seu apoio, conforme Falcão e Souza (2021), destacam-se: o não uso de máscara; a participação em eventos com aglomerações; a alegação de que um histórico de atleta acarretaria minimização dos impactos da doença; e a afirmação de que havia uma supernotificação de mortes no país.

Conforme levantamento da agência *Aos Fatos*, plataforma jornalística de investigação de campanhas de desinformação e de checagem de fatos, Bolsonaro disse 6,9 informações falsas por dia, no ano de 2021.

O agravamento da pandemia em 2021 ajuda a explicar por que a retórica desinformativa de Bolsonaro atingiu um novo patamar. Somente sobre Covid-19, o presidente deu 1.278 declarações enganosas no ano passado, o que representa mais da metade (58,5%) de todas as alegações falsas ditas por ele desde que a doença surgiu (2.183) (*Aos Fatos*, 2022).

Entre as afirmações mais repetidas pelo presidente, está a de que “o governo federal agiu desde o início da crise para preservar vidas e empregos”, com 109 repetições, segundo checagem de *Aos Fatos*, que aponta 5,7 mil declarações falsas ou distorcidas de Bolsonaro, em 1,2 mil dias à frente da Presidência. A frase do presidente sugeria que saúde pública e economia haviam sido tratadas simultaneamente, com o mesmo peso. Mas, no relatório da agência, a informação é considerada falsa, pelas seguintes razões:

O presidente, porém, não tratou as duas questões com o mesmo peso, já que, desde o início da pandemia no país, tem minimizado os efeitos da Covid-19. Em diversas entrevistas e declarações públicas, Bolsonaro relacionou a doença a uma “gripezinha” e chegou a dizer, em discurso realizado no dia 18 de setembro, que o isolamento social seria “conversinha mole” e que as medidas de restrição de circulação seriam para “os fracos” (*Aos Fatos*, 2022).

Outra desinformação produzida por Jair Bolsonaro teve ainda mais repetições, 132 no total. Trata-se da seguinte afirmação: “Quis impor o ritmo do combate à pandemia, fui tolhido. Decisão judicial. Quem decide são os governadores e depois prefeitos, eu sou o último da fila. Eu baixo uma medida, o governador pode mudar, o prefeito pode mudar”. A declaração também foi considerada falsa, visto que o Supremo Tribunal Federal (STF) não limitou a atuação do presidente, mas concedeu a governadores e prefeitos a legitimidade para tomar medidas locais em relação à circulação de pessoas, sem que o Executivo pudesse derrubar as restrições – sobretudo, ao considerar o silenciamento e a inércia do Governo Federal sobre o tema.

Esse panorama revela, portanto, duas particularidades que circundam as discussões acerca da desinformação: “(1) não é possível avaliar a intencionalidade dos indivíduos na disseminação de desinformação e (2) os contextos do espelhamento de desinformação frequentemente estão associados a disputas de sentido, mais do que a simples intenção de

enganar” (Soares *et al.*, 2021, p. 76). Portanto, ela é utilizada a favor de atores e/ou grupos políticos.

Soares *et al.* (2021) destacam como o aplicativo *WhatsApp*, por exemplo, tornou-se uma ferramenta de amplo alcance para a reprodução de informações falsas, distorcidas ou manipuladas. A plataforma é vista como fonte de espelhamento central de desinformação, devido a funcionalidades técnicas, sob influência de *affordances*, “processo interativo entre a tecnologia e suas ferramentas e os usuários e as formas como se apropriam das ferramentas” (Evans *et al.*, 2017 apud Soares *et al.*, 2021, p. 77), ou seja, a plataforma está disponível para os usuários, mas cabe a eles a decisão do uso, da intencionalidade que darão ao seu acesso à ferramenta. E é exatamente esse caráter “intimista”, de pessoalidade, que torna a prática de desinformação ainda mais perigosa por meio do aplicativo.

Outro recurso adotado para a propagação da desordem informacional são as contas falsas, que, diferentemente de *softwares* automatizados dos *bots* (mais facilmente identificados), trata-se de “perfis construídos com precisão demográfica e psicológica com o intuito de interagir com pessoas reais, conquistar laços afetivos e influenciar a opinião em comunidades que debatem política” (Ortellado; Ribeiro, 2018, p. 7).

De tal forma, tecnologias da informação e da comunicação passaram a ser utilizadas para mimetizar conteúdos verídicos e “as notícias que refutam a veracidade dos acontecimentos, reservadas às prerrogativas da desinformação, tornaram-se práticas comuns no processo de modelar a opinião da sociedade e cooptar o senso comum” (Souza; Santos, 2020, p. 234).

Portanto, faz-se necessário atentar para um projeto político que se colocou e se manteve no poder por meio de práticas baseadas na produção de notícias falsas, na omissão e na distorção de informações, tanto no Executivo quanto no Legislativo. Um panorama que explicita como distorção e inversão atuam como desinformações de relevantes prejuízos, uma vez que a inversão é um tipo de distorção e distorcer é poder (Tiburi, 2015).

Diante desse panorama, ao considerar que todo governo busca usar a história a seu favor (Schwarcz, 2019), é urgente pensar qual enredo foi construído para o Brasil nos últimos anos. Afinal, “governos de tendência autoritária costumam criar a sua própria história –

voltar ao passado buscando uma narrativa mítica, laudatória e sem preocupação com o cotejo de fatos e dados – como forma de elevação” (Schwarcz, 2019, p. 225).

Não obstante, no Brasil, o governo federal também potencializou a desordem informacional, por meio da ocultação, da ausência de informações. O portal *Coronavírus Brasil*, por exemplo, responsável por apresentar uma gama de dados acerca da evolução da Covid-19 no País, no início da pandemia, por meio de gráficos, números, territorialidade e painel interativo – acessíveis ao público em geral e aos especialistas de diferentes segmentos – dispôs, inicialmente, de amplo potencial de produção e disseminação informacional. No entanto, foi retirado do ar e, em seguida, teve seus dados reduzidos aos balanços diários da Covid-19, em meados de junho de 2020, com a eliminação, inclusive, da possibilidade de *download* documental por parte dos usuários.

Tal prejuízo, apesar dos esforços dos veículos de comunicação, com a implantação do Consórcio de Veículos de Imprensa, reverberou, inclusive, sobre a atuação da própria imprensa. Além de minimizar a segurança acerca da precisão das informações epidemiológicas, as dificuldades impostas pelo banco de dados do Governo Federal impuseram aos jornalistas a busca direta junto às Secretarias Estaduais de Saúde – muitas delas, também alimentadas por boletins do Ministério da Saúde, a exemplo do Estado de São Paulo, que ficou sem acesso aos seus dados, diante de ataque aos sistemas do Executivo, em dezembro de 2021.

Essas barreiras direcionam, também, a reflexões acerca do processo de disseminação da informação – sobretudo, a respeito do que chega, por onde chega e por quem é apresentado ao indivíduo. Ao considerar que a mediação e a produção da informação são movimentos sociais e políticos, não se deve esquecer que o armazenamento, a disponibilização, a transferência, a veiculação e a divulgação dessas informações também são.

O problema agrava-se, principalmente, diante da emergência de um cenário de infodemia, cujos prejuízos são amplificados em uma era marcada pelas redes sociais e pelo “perigo da desinformação durante surtos de vírus, causado por rumores publicados sem informações oficiais que rapidamente acabam se espalhando devido ao compartilhamento dos usuários na rede” (Santos *et al.*, 2020, p. 4).

De tal modo, as disparidades e a crise política representaram impactos preocupantes na produção de dados estatísticos e informacionais, sobretudo diante da centralização e/ou ocultação de informações oficiais por parte do Executivo. Isso porque os números, como os apresentados no painel *Coronavírus Brasil*, constituem instrumento ou linguagem que performam a realidade à qual almejam estabilizar, a partir dos quais é possível explicitar, ou não, determinado fenômeno. Assim, é importante considerar que não apenas os números são politicamente compostos e arranjados, mas também a política é numericamente feita e disputada (Desrosières, 1998; Rose, 1999 *apud* Maricato; Richter, 2021, p. 246).

Conclusão

A partir deste levantamento, nota-se como a desinformação tornou-se um mecanismo a serviço de projetos políticos antidemocráticos que endossam o cenário de polarização no Brasil e, por ele, também são endossados. Ou seja, a desordem informacional nasce da polarização, assim como a polarização é retroalimentada por ela.

Além disso, mesmo sem ser, a razão principal – ou direta –, a desinfodemia, certamente, contribuiu para as mais de 700 mil mortes por Covid-19 no País e pelo montante de 37,6 milhões de casos acumulados, ao longo de três anos de pandemia – estatísticas que colocaram o Brasil no 2º lugar do ranking de óbitos em todo o mundo, em números absolutos, atrás apenas dos Estados Unidos, no levantamento da Organização Mundial da Saúde (2023).

Identificou-se, no País, uma sucessão de medidas de agentes públicos fundamentadas em notícias falsas, distorcidas ou fora de contexto, propositalmente, por meio da qual é possível assegurar que a desinformação é, antes de tudo, uma prática política que atende a interesses específicos no tecido social e que se perpetua, com ou sem intencionalidade.

Essa constatação levanta, ainda, sérias questões sobre a responsabilidade dos líderes políticos na produção e na difusão de informações precisas e confiáveis, bem como o papel do conteúdo informacional e da ideologia como possíveis Determinantes Sociais de Saúde – haja vista que a desinformação, alinhada a padrões narrativos ideológicos, atuou como agente capaz de minar os esforços no combate à pandemia, gerar desconfiança na população e comprometer a efetividade das medidas de saúde públicas.

Evidentemente que este artigo se delimita aos propósitos estabelecidos em seus objetivos de pesquisa. Com isso, o presente estudo mantém ênfase teórica com as reflexões delineadas pelos aportes fundamentais identificados na análise da literatura científica, caracterizando uma abordagem essencialmente qualitativa sobre o contexto brasileiro da desordem informacional. Assim sendo, admite-se que esta pesquisa não se esgota por si. Com isso, há lacunas pertinentes e relevantes que denotam a ausência de dados empíricos para análise da desinformação que pudessem explicitar o comprometimento da efetividade das medidas de saúde públicas. Portanto, recomenda-se que haja estudos futuros contendo em seus objetivos de investigação a análise contextual de dados empíricos.

REFERÊNCIAS

- AOS FATOS. **Bolsonaro disse cerca de sete informações falsas ou distorcidas por dia em 2021**. Disponível em: <https://www.aosfatos.org/noticias/bolsonaro-disse-cerca-de-sete-informacoes-falsas-ou-distorcidas-por-dia-em-2021/>. Acesso em: 18 de julho de 2023.
- ARAÚJO, C. A. A. O fenômeno da pós-verdade e suas implicações para a agenda de pesquisa na Ciência da Informação. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, v. 25, p. 1-17, jan./dez., 2020.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016].
- COMISSÃO EUROPEIA. **Combater a desinformação em linha: uma estratégia europeia**. Bruxelas, 26 abr. 2018. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/HTML/?uri=CELEX:52018DC0236&from=EN>. Acesso em: 2 maio 2023.
- FALCÃO, P.; SOUZA, A. B. Pandemia de desinformação: as fake news no contexto da covid-19 no Brasil. **RECIIS: Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, jan./mar. 2021.
- GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. G. de. Orientações contemporâneas da Ciência da Informação: vinculações com a epistemologia social. **Museologia & Interdisciplinaridade**, Brasília, v. 11, n. 22, p. 179-198, jul./dez., 2022.
- HELLER, B.; JACOBI, G.; LIMA, J. B. Por uma compreensão da desinformação sob a perspectiva da Ciência da Informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 49 n. 2, p. 189-204, maio/ago., 2020.

MARICATO, G.; RICHTER, V. S. O que fazem os números?: produções, usos e efeitos da quantificação da vida cotidiana. **Mediações: Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v. 26, n. 2, p. 241-255, maio/ago., 2021.

MOURA, A. R. P.; FURTADO, R. L.; BELLUZZO, R. C. B. Desinformação e competência em informação: discussões e possibilidades na arquivologia. **Ciência da Informação em Revista**, Maceió, v. 6, n. 1, p. 37-57, jan./abr., 2019.

OMS. **Coronavirus dashboard**, 2023. Disponível em: <https://covid19.who.int/>. Acesso em: 7 jun. 2023.

OPAS. **Entenda a infodemia e a desinformação na luta contra a Covid-19**. 2020. Disponível em: https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/52054/FactsheetInfodemic_por.pdf?sequence=16&isAllowed=y. Acesso em: 5 nov. 2021.

OPAS. **Histórico da pandemia de Covid-19**. 2023. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>. Acesso em: 30 maio 2023.

ORTELLADO, Pablo; RIBEIRO, Márcio. Polarização e desinformação *online* no Brasil. São Paulo: FES, 2018. (Análise. Friedrich Ebert Stiftung Brasil; 44). Disponível em: <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/14629.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2022.

PINKER, S. **O novo iluminismo**: em defesa da razão, da ciência e do humanismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

POSETTI, J.; BONTCHEVA, K. **Desinfodemia**: descifrando la desinformación sobre el COVID-19. Paris: UNESCO, 2020. E-book. Disponível em: https://en.unesco.org/sites/default/files/disinfodemic_deciphering_covid19_disinformation_es.pdf. Acesso em: 18 jul. 2022.

RAMALHO, R. A. S.; *et al.* Paradigmas contemporâneos da ciência da informação: a recuperação da informação como ponto focal. **Revista Eletrônica Informação e Cognição**, Marília, v. 6, n. 1, p. 16-27, jan./jun., 2007.

ROMANO, J. O. *et al.* O vírus não é democrático: a pandemia da Covid-19 como acontecimento e a disputa de discursos. **Le Monde Diplomatique Brasil**, São Paulo, jun, 2020. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/o-virus-nao-e-democratico-a-pandemia-da-covid-19-como-acontecimento-e-a-disputa-de-discursos/>. Acesso em: 12 nov., 2021.

SALGADO, T.; MATTOS, M. A. Da informação à desinformação: conceitos e abordagens das teorias acerca da comunicação. *In*: ALZAMORA, G.; MENDES, C. M.; RIBEIRO, D. M. (org.). **Sociedade da desinformação e infodemia**. Belo Horizonte: Selo PPGCOM/UFMG, 2021. Cap. 2, p. 39-62. Disponível em: <https://seloppgcomufmg.com.br/wp-content/uploads/2021/10/Sociedade-da-desinformacao-e-infodemia-Selo-PPGCOM-UFMG.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2022.

SANCHEZ, F. A.; *et al.* Intencionalidade e mediação da informação no contexto dos ambientes informacionais digitais. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 28, n. 2, e-111998, abr./jun., 2022.

SANTOS, A. D. G. D. *et al.* Letramento informacional, covid-19 e infodemia. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, e5214, jul./dez., 2020.

SCHWARCZ, L. M. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SOARES, F. B. *et al.* Desinformação sobre o Covid-19 no *whatsapp*: a pandemia enquadrada como debate político. **Ciência da Informação em Revista**, Maceió, v. 8, n. 1, p. 74-94, jan./abr., 2021.

SOUZA, J. S.; SANTOS, J. C. S. D. Infodemia e desinformação na pandemia da covid-19. **Revista Fontes Documentais**, Aracaju, v. 3, n. esp., p. 231-238, 2020.

TIBURI, M. **Como conversar com um fascista**. Rio de Janeiro: Record, 2015.

YENGAR, S. *et al.* The origins and consequences of affective polarization in the United States. **Annual Review of Political Science**, v. 22, n. 1, p. 129-146, Jan./Dec., 2019.

WARDLE, C.; DERAKSHAN, H. **Information disorder: toward an interdisciplinary framework for research and policymaking**. Estrasburgo: Council of Europe, 2017.

ZATTAR, M. Competência em informação e desinfodemia no contexto da pandemia de Covid-19. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, e5391, jul./dez., 2020.

BIOGRAFIA DOS AUTORES

OLGA MYLLENA DINIZ BOTELHO SANTANA

Doutoranda em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia em cooperação com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGCI IBICT/UFRJ). Mestre em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Alagoas (PPGCI UFAL). Jornalista (UFAL).

E-mail: myllena.diniz@gmail.com

MARCOS APARECIDO RODRIGUES DO PRADO

Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Alagoas (PPGCI/UFAL). Mestre e doutor em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista (UNESP).

E-mail: marcos.prado@ichca.ufal.br